

23. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento atrelado ao direito de uso dos contratos de aluguéis está demonstrada abaixo:

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Arrendamentos reconhecidos no aporte via drop down	255.846	-
Ajuste a valor presente reconhecido	(125.827)	-
Juros reconhecidos no exercício	2.303	-
Pagamentos efetuados	(55)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	132.267	-
Circulante	5.547	-
Não circulante	126.720	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo de 31 de dezembro de 2019:

	2019	2018
2021	18.805	-
2022	18.805	-
2023	18.805	-
2024	18.805	-
2025	18.805	-
Mais de 5 anos	146.991	-
	241.016	-

Ajuste a valor presente (114.296) -

Saldo passivo de arrendamento 126.720 -

24. Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a) Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma

	Ativos		Passivos		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ajuste do valor justo do ativo biológico	-	-	4.628	-	4.628	-
	-	-	4.628	-	4.628	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA	
Eduardo de Brito Pereira Azevedo Presidente do Conselho de Administração	Carlos Manuel Costa Pina Conselheiro	Eduardo Gonçalves Pereira Junior Diretor Presidente	Antonio Lourinho da Silva Gerente Financeiro – CRC-PA 009157/O
Max Kiyoshi Yamada Conselheiro	Hugo Filipe Gomes Pereira Conselheira	Joaquim Alvarenga de Oliveira Junior Diretor Operacional	Alex Rodrigues Duarte Contador – CRC-PA 021153/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores
Tauá Brasil Palma S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tauá Brasil Palma S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a

Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Conciliação de IR/CS entre alíquota nominal e fiscal

	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	11.891	(1)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição à alíquota nominal:	(4.043)	-
Adições e exclusões permanentes	(16)	-
	(4.059)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.628)	-
Prejuízo fiscal e base negativa não registrados	569	-
	(4.059)	-

O prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa da contribuição social já registrado pela Companhia e está sendo devidamente apresentado no quando acima.

25. Eventos subsequentes**Expansão**

A Companhia segue com sua expansão, onde já está sendo construída pelo seu acionista, a unidade industrial de Tomé-Açu, com capacidade inicial de processamento de 60 t/hora de CFF e com início de entrada em produção no 1º trimestre de 2020.

Adicionalmente, também está construindo a unidade de refino de óleo de palma de dendê, com capacidade de processamento de 300/t CPO dia, na planta da Tailândia, através de seu acionista, com previsão de entrada de produção no 1º. Semestre de 2020.

Ambos investimentos serão objetos de integralização de capital na Companhia.

COVID-19

Em razão da propagação da transmissão do COVID-19, o governo brasileiro impôs medidas restritivas de circulação de pessoas, com o intuito de diminuir a aglomeração e consequentemente menos pessoas serem infectadas. Contudo, tal decisão, gera consequências no fecho parcial e/ou total da grande maioria das empresas.

Neste enquadramento a Tauá Brasil Palma, que desenvolve a sua operação no setor agroindustrial, setor este que é de importância vital para o abastecimento alimentar, que através da produção de óleo vegetal e seus derivados compõem a cesta básica nacional, foram protegidos por decreto presidencial, de forma a não poderem parar suas atividades, garantindo o abastecimento a população brasileira.

No entanto a Companhia segue com a sua operação visando cumprir a demanda contratual que já tem comprometida até meados de 2020 com os seus clientes; para tal efeito tomou-se um conjunto de medidas de reforço de proteção sanitária, higienização, conscientização e de diminuição do contato social entre os seus colaboradores.

Por outro lado, estruturou-se de forma robusta em termos econômico-financeiros com reforço do seu caixa tendo em vista uma possível curta paralização das atividades.

A Companhia considera que estas ações servirão para minimizar os impactos do COVID-19 e entende que não há considerações até o momento, a serem realizadas referentes a suas previsões relacionados aos testes de recuperabilidade de seus ativos, ou mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 26 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T